

PÁG 2 Portabilidade é pauta prioritária no governo!

PÁG 4 2ª reunião conjunta Abraceel, Aneel e CCEE discutem propostas para o mercado

PÁG 9 Preço horário sombra em evolução

PÁG 12 Isonomia no prazo de estabilidade da TUST é tema de discussão no GT

PÁG 14 Curtas: Regras 2020

3ª reunião Estratégica ONS-Agentes

Sefaz-CE

... e muito mais!

PÁG 17 Agenda Semanal Abraceel

NOVIDADE!

CLIQUE NO Nº DA PÁGINA E VÁ
DIRETAMENTE PARA ELA!



PORTABILIDADE É PAUTA PRIORITÁRIA NO GOVERNO!

Matéria em 1 minuto:

- Governo entrega lista de projetos prioritários para o Legislativo.
- Gás e Portabilidade estão na pauta.
- GSF não é prioridade do Governo.



Tempo de leitura:
2 minutos

O ministro da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), uma lista com os projetos prioritários do Executivo, englobando 15 propostas para a Câmara e 14 ao Senado.



Na Câmara, as prioridades do governo incluem os seguintes projetos de interesse do mercado:

PL 1917/2015 – portabilidade da conta de luz: o relatório do projeto foi apresentado no final do ano passado e há expectativa para deliberação na volta do recesso.

PL 5877/2019 – desestatização da Eletrobras: apresentado em novembro pelo Poder Executivo, ainda não foi despachado pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia.

PL 6407/2013 – PL do gás: aprovado na Comissão de Minas e Energia em 2019, teve requerimento de urgência apresentado.

Já no Senado:

PLS 232/2016 – portabilidade da conta de luz: aguarda-se a deliberação do relatório apresentado pelo senador Marcos Rogério (DEM/RO), relator do projeto, que continua na presidência da Comissão, para este ano.





JÁ O GSF...

Para surpresa de muitos, o projeto que pretende solucionar o imbróglio do GSF, PL 3975/2019, ficou de fora das prioridades do Governo. O texto que havia sido aprovado no Senado, foi alterado na Câmara dos Deputados, para incorporar emenda relativa à receita advinda da comercialização do petróleo e gás natural. Em razão da alteração, o texto retornou ao Senado para análise desse ponto, quando o senador Marcos Rogério (DEM/RO) levantou dúvidas sobre o impacto que haveria para os consumidores a aprovação da solução que o projeto dava para o GSF. A consequência da falta de consenso em relação ao projeto impediu sua deliberação.

Outro ponto de destaque negativo, por também não constar da pauta prioritária, foi o “Plano Mansueto”, que está na Câmara como PLP 149/2019. No pacote de reformas para fomentar o mercado de gás brasileiro, o projeto poderia ser um mecanismo para incentivar a abertura de gás nos estados.

Regimentalmente, o Congresso retoma as atividades na primeira semana de fevereiro. Vale lembrar que 2020 é ano de eleições municipais, o que deve encurtar o calendário disponível para deliberação da agenda prioritária.



2ª REUNIÃO CONJUNTA ABRACEEL, ANEEL E CCEE DISCUTEM PROPOSTAS PARA O MERCADO

Matéria em 1 minuto:

- Aguarda-se manifestação do Judiciário sobre o GSF para mapear acordo com geradores;
- GD será discutida pelo Congresso e a proposta da Abraceel vai aguardar evolução legal;
- Abraceel questiona valor do CEPLEX e cobra aperfeiçoamento dos procedimentos para divulgação dos decks;
- Haverá reunião específica entre Aneel, CCEE e Abraceel para debater as medidas regulatórias necessárias para abertura de mercado abaixo de 500kW.



Tempo de leitura:
4 minutos

No dia **23.01**, a Abraceel se reuniu com a diretoria da Aneel e o Conselho da CCEE, dando continuidade às reuniões periódicas entre as instituições para discutir diversos temas de interesse do mercado. Participaram toda a Diretoria Executiva da Abraceel e os conselheiros Alessandro de Brito Cunha, Eduardo Takamori, Paulo Tarso e Daniel Marrocos, a diretoria da Aneel, à exceção de Sandoval Feitosa, e todo o Conselho da CCEE. Após palavras de abertura de Rui Altieri e André Pepitone, Reginaldo Medeiros deu início à pauta:

Solução do GSF

Reginaldo disse que a Abraceel tem se empenhado na busca da solução para o problema GSF que se arrasta no setor há 5 anos e impede o funcionamento regular do mercado elétrico no Brasil. Mencionou que o PL 3.975/2019 que trata do tema não consta da pauta prioritária do governo enviada em **23.01** ao Congresso. Todos manifestaram surpresa pela não inclusão do tema entre as prioridades do Executivo e passaram a debater possíveis ações para solucionar definitivamente a questão. Houve convergência entre os presentes sobre aguardar o julgamento da liminar pelo judiciário, previsto para o dia **19.02**, para posteriormente mapear soluções como um acordo com os geradores, considerado uma das vias para equacionar o passivo de 8 bilhões aberto na CCEE.





Portaria MME 465/2019

A PRT 465 determina que a Aneel e a CCEE realizem, até janeiro de 2022, um estudo sobre medidas regulatórias para a abertura do mercado abaixo de 500 kW, incluindo o comercializador regulado de energia, com proposta de cronograma de abertura iniciando em 1º de janeiro de 2024.

O tema também foi definido como uma das prioridades da Abraceel no seu Planejamento Estratégico e a associação avalia a contratação de um estudo para contribuir com o debate. Acertou-se que as instituições presentes farão reunião específica para debater as medidas regulatórias eventualmente necessárias para a abertura do mercado abaixo de 500 kW, agendada para o dia **05.03**.



Geração Distribuída

Reginaldo abordou o tema, enfatizando que a Aneel deveria regulamentar a possibilidade de venda de excedentes de GD. Seguiram-se debates, quando a diretoria da Aneel manifestou seu entendimento que o foco da discussão passou para o Congresso Nacional e que essa deverá incluir um cronograma para a retirada do subsídio e diferenciação entre geração local e remota, e que o pedido da Abraceel deveria ser analisado após a eventual evolução legal. Embora Frederico Rodrigues tenha ponderado que a Aneel poderia ao menos eliminar a proibição da venda de excedentes, a Agência manteve o seu posicionamento.

Preço Horário

Reginaldo elogiou a evolução geral no tratamento de dados e divulgação de resultados. Cobrou, contudo, o aperfeiçoamento dos procedimentos para divulgação dos decks. A conselheira Talita Porto, da CCEE, abordou os problemas havidos na divulgação do preço sombra, tendo a Câmara se comprometido a estudar uma forma de dar mais agilidade à divulgação. Alexandre Lopes destacou a necessidade da definição de procedimentos para a publicação do preço horário. A Aneel destacou que os PDCs serão estabelecidos com vigência a partir de 2021, mas a CCEE se comprometeu a formalizar seus procedimentos ainda durante a vigência do período sombra, estabelecendo uma rotina para o processo.

O conselheiro Alessandro de Brito Cunha levantou a questão do custo do CPLEX para os agentes (reserva de mercado da IBM). Talita Porto explicou que foi decisão do Cepel e que a IBM resolveu a questão de eliminar a restrição de uso por equipamentos diferentes.

Alexandre Lopes mencionou a questão do pagamento e antecedência na divulgação dos dados do Unit Commitment, bem como a necessidade de reprodutibilidade da previsão de carga para a formação de preços (heurística). A diretora Elisa Bastos afirmou que a Aneel deverá deliberar sobre o UC na reunião da próxima terça-feira. Sobre o PrevCargaDessem, Talita Porto afirmou que esse está bastante aderente à previsão



heurística da programação diária do ONS e que a utilização do modelo será deliberada em breve pela FT Dessem.

A CCEE e o ONS deverão convidar em breve os agentes para a criação dos comitês de governança do PLD, destinados a discutir os aprimoramentos relacionados à formação de preços.



Segurança do Mercado

Inicialmente, Reginaldo informou a elaboração e futura divulgação do manual de boas práticas de gestão de riscos pela Abraceel, em parceria com a Dcide, e formalizou o convite à Aneel e à CCEE para cerimônia de divulgação, que será realizada no dia **05.03**.

Na sequência, foram debatidos os temas regulatórios:

Modelo de Garantias

AP sobre Segurança do Mercado

A Aneel destacou que a AP está em fase de estudos e deverá ser aberta nos próximos meses. O regulador reafirmou que as soluções para a segurança do mercado serão exaustivamente debatidas com os agentes e que está avaliando a elevação de custos sinalizada pelos agentes na proposta de aporte semanal.

Em relação ao modelo de garantias, deverão ser colocadas em audiência pública todas as propostas recebidas pela Aneel, sem um direcionamento inicial pelo regulador. A AP será realizada em mais de uma fase para aprofundar o debate com o setor.

A Audiência Pública também deverá abordar outros temas que possuem maior consenso no mercado, com possibilidade de implementação mais célere pelo regulador, dentre os quais:

- **Início do desligamento no primeiro não aporte de garantias;**
- **Autorização para comercializadores;**
- **Crítérios de permanência de agentes.**

CP 21 – contabilização mensal

Em linha com o Planejamento Estratégico, a Abraceel solicitou que seja priorizada

a conclusão da CP 21, que trata da redução dos prazos da liquidação mensal do MCP. A Aneel e CCEE informaram que estão avançando na questão da regra de estimativa dos dados de medição e que os prazos para envio dos dados pelo ONS serão discutidos na próxima reunião de interação da Aneel com o Operador.

Garantias para o MVE

A Aneel e a CCEE concordaram com a proposta da Abraceel de exigências de garantias para os compradores do MVE, contudo consideram que é necessário estudar o melhor modelo a ser adotado. Foi discutida a possibilidade de exigência de garantias em um horizonte rolante durante a vigência do contrato, de forma a não onerar o mecanismo.

A próxima reunião entre Aneel, CCEE e Abraceel está agendada para o dia 05.03, na sede da Abraceel em Brasília.

ABRACEEL E CCEE DISCUTEM APORTE DE GARANTIAS

Alexandre Lopes e Frederico Rodrigues se reuniram, em **23.01**, com os gerentes da CCEE Ediléu Cardoso e Galdino Barros, para avaliar os estudos em andamento pela CCEE em relação à proposta da Câmara de aporte semanal de garantias. Foram debatidos as seguintes propostas:

Operacionalização de Flexibilidades

A CCEE apresentou uma proposta para internalizar em seus sistemas a operacionalização das flexibilidades contratuais. Dessa forma, os agentes teriam a possibilidade de optar pelo exercício automático das flexibilidades pela Câmara, conforme os parâmetros do contrato. Na visão da Câmara, essa possibilidade permitiria a redução dos custos de transação dos agentes que negociam com consumidores finais e geradores, principalmente em um cenário de aporte semanal de garantias. A Abraceel elogiou a iniciativa, mas ponderou que, apesar de a proposta facilitar a operação dos agentes, ela não resolve a principal questão apontada na proposta de aporte semanal, que é a alteração da lógica de negociação e registro de contratos e a possível elevação de custos decorrente da necessidade do aporte semanal.

Flag de Validação

A CCEE avaliou a proposta de criação de um flag de validação da adimplência bilateral dos contratos, que foi apresentada pela Abraceel e por outros agentes. Na visão da Câmara, embora a proposta induza ao registro antecipado dos contratos, ela precisa endereçar a questão da alocação do risco de inadimplência no MCP no caso da não validação de um contrato após o período de aporte de garantias.

PROPOSTA ABRACEEL DE GARANTIAS PARA O REGISTRO EX-POST

A Câmara também avaliou a proposta apresentada pela Abraceel para a exigência prévia de garantias para permitir o registro ex-post, discutida no GT e apresentada à Aneel em 2019. A CCEE destacou que a proposta tem a vantagem de introduzir o conceito de aporte prévio de garantia, ainda que somente para o registro ex-post mensal. Contudo, a Câmara ponderou que somente a exigência para o registro ex-post não seria suficiente para ampliar a segurança das negociações e antecipar o aporte de recursos para a liquidação do MCP, podendo, contudo, ser rediscutida a proposta de haver um Limite Operacional com os agentes.



PREÇO HORÁRIO SOMBRA EM EVOLUÇÃO

Matéria em 1 minuto:

- Operação sombra: em dez/19, 42% dos decks foram publicados tempestivamente e 52% tiveram atraso de 1 dia;
- CCEE pretende encerrar o reprocessamento dos decks de 2019 até o final de março;
- CCEE apresentou processo interativo para aplicação dos limites do PLD máximo estrutural e horário, para 2021.



Tempo de leitura:
3 minutos

A CCEE realizou, no dia **23.01**, o 5º Encontro do Preço Horário, sendo esse o primeiro de 2020. A Abraceel acompanhou o encontro presencialmente e pela internet.

Abrindo a reunião, a conselheira Talita Porto destacou os esforços que estão sendo feitos em prol do preço horário. No 2º semestre de 2019 os valores apresentados estão coerentes com os valores do preço semanal, exceto nos casos em que houve pico de geração eólica no Nordeste. A CCEE afirmou que há grande expectativa de todos para conhecer o comportamento do



preço horário no 1º semestre de 2020, em função da complementação da motorização da usina de Belo Monte.

Segundo Rodrigo Sacchi, Gerente Executivo de Preços da CCEE, os mecanismos de aversão a risco implementados, como os novos parâmetros do CVaR e o VMOP, têm respondido satisfatoriamente, o que pode mitigar de fato a possibilidade de despacho fora da ordem de mérito. Destacou, que dentre os pilares de atuação para aprimoramento do PLD está um tema priorizado pela Cpamp em 2020, que é a questão da sua volatilidade contra-intuitiva de forma a buscar reduzir variações abruptas do preço que não guardam relação com a lógica econômica.

Sobre a operação sombra, a equipe da CCEE apontou que 42% dos decks foram publi-

cados antes das 16h de d-1, em respeito ao cronograma, e 52% dos decks tiveram atraso de publicação de 1 dia, em dezembro de 2019. Segundo a CCEE, os resultados mostram que há evolução da frequência de publicação dos decks, a despeito dos atrasos.

Em alguns dias de janeiro deste ano, o Dessem rodou por contingência, desabilitando o Unit Commitment, tal como definido nos Procedimentos de Rede, apontou a CCEE. Além disso, em quatro dias de janeiro a CCEE informou que não foram publicados os valores, devido a aumento significativo do CMO/PLD, comportamento que ainda requer uma explicação coerente. Finalmente, a CCEE disse que pretende encerrar o reprocesamento dos decks de 2019 até o final de março.

Em seguida, Humberto Alencar, da gerência de preços da CCEE, apresentou o fluxograma e um exemplo que mostra o processo de interação para aplicação dos limites do PLD horário. Com base na curva do CMOh, média das duas semihoras, limitam-se os valores ao PLDmax_horário e ao PLDmin para então calcular a média diária. Caso a média seja maior que o PLDmax_estrutural, calcula-se o fator de ajuste ($\text{PLDmax_estrutural} / \text{média diária}$) que será aplicado à curva de CMOh.



Na sequência, será analisada a nova curva, considerando as limitações mínimas e máxima do preço, visando identificar se essa cumpre a restrição da média igual ao PLDmax_estrutural. Em caso negativo, nova interação será efetivada, até que se obtenha a média que se enquadre na restrição.

Sobre o PrevCargaDessem, foi apontado que a margem de erro supera um pouco o valor da programação diária. Além disso, a disponibilização do modelo aos agentes no portal SINtegre está em andamento, já que depende de acordo entre ONS e CEPEL.

O próximo encontro sobre preço horário está previsto para o dia **20.02**. Como os anteriores, também será transmitido pela internet. **A apresentação realizada no encontro, que inclui o esquema de aplicação dos limites do PLD horário, está disponível no site da Abraceel, em Biblioteca > Apresentações.**



ISONOMIA NO PRAZO DE ESTABILIDADE DA TUST É TEMA DE DISCUSSÃO NO GT

Matéria em 1 minuto:

- ACR: TUST fixada pelo período da outorga (30/35 anos);
- ACL: a cada 10 anos;
- Risco adicional para o mercado livre, que afeta sua expansão;
- GT sugere defender a isonomia no tratamento de estabilização da TUST entre ACR/ACL, sem entrar na discussão do prazo.



Tempo de leitura:
3 minutos

O Grupo Técnico da Abraceel realizou call no dia **22.01** para discutir a discrepância no período de estabilidade da TUST entre o ACL e o ACR, tema que faz parte do Planejamento Estratégico da Abraceel na meta que busca assegurar isonomia entre os ambientes livre e cativo.

De acordo com a REN 559/2013 da Aneel, a TUST para o ACR é fixada pelo período da outorga, usualmente entre 30 e 35 anos, ao passo que no ACL é fixada a cada 10 anos, o que traz para o empreendedor do mercado livre um risco adicional. O resultado dos últimos leilões chamou atenção, uma vez que alguns agentes venderam no ACR o volume mínimo obrigatório para bid, com o objetivo, entre outros, de estabilizar a TUST por todo o período do empreendimento.

Dessa forma, a expansão para o mercado livre acaba sendo afetada, já que direciona empreendimentos para o ACR em razão dessa espécie de subsídio cruzado, onerando a expansão do ACL, que acaba arcando com risco maior e que poderá imputar-lhe pagamento adicional, em suas revisões decenais, do custo das RAPs novas que entraram no período.

Como proposta de atuação da Abraceel, o Grupo Técnico sugeriu defender a isonomia no tratamento de estabilização da TUST entre ACR/ACL, sem entrar na discussão de qual prazo seria adequado. Os associados entendem que a Abraceel deve apresentar o problema à Aneel e defender que não haja discrepância entre os ambientes.

Durante as discussões, os associados lembraram que a divergência nos prazos de estabilização da TUST foi instituída em um contexto diferente, quando a expansão da matriz era focada em grandes hidrelétricas e a financiabilidade dos empreendimentos muito dependente dos contratos regulados. O GT reforçou que a situação mudou, com o ACL possuindo maior protagonismo na expansão, principalmente de fontes renováveis.



Além disso, foi destacado que há uma discussão mais profunda sobre se deve ou não existir estabilização da TUST, o que poderia eventualmente ser discutido em uma tomada de subsídios. Entretanto, houve concordância de que qualquer que seja a regra, não deve existir divergência entre os ambientes, de forma a não privilegiar um em detrimento do outro. Essa visão, inclusive, está alinhada ao processo de modernização do setor e a separação lastro e energia.

Por fim, foi apontado que deve ser considerada na discussão a falta de isonomia na conexão ACL/ACR, o problema da margem de escoamento, o que também induz a expansão via mercado regulado com preços artificiais.

Considerando que a isonomia no tratamento entre ACR/ACL é meta defendida pela Abraceel, Alexandre Lopes convidou todos os associados a participarem da reunião com a SGT, que será realizada no dia **27.01**, às 14h30, na sede da Aneel, em Brasília. **Os interessados em participar devem enviar email para gt@abraceel.com.br.**

MME ABRIRÁ CONSULTA PÚBLICA SOBRE ISONOMIA NA CONEXÃO DOS EMPREENDIMENTOS PARA O ACL E ACR

Durante toda a semana, a Abraceel esteve em contato com o MME, associações de geradores e associados investidores de usinas para o mercado livre com o objetivo de discutir a necessidade de isonomia na conexão dos empreendimentos para o ACL e ACR. O foco das discussões foi a disputa pela margem de escoamento, objeto da Portaria MME nº 444/2016, e o fato que a contratação de empreendimentos vencedores de leilões regulados podem retirar a conexão de usinas do ACL que ainda não chegaram à etapa de assinatura do CCT/CUST, o que pode prejudicar a expansão da oferta destinada unicamente ao mercado livre. O assunto também faz parte da Agenda Regulatória 2020-2021 da Aneel, incluído como um tema específico por pleito da Abraceel. Algumas empresas geradoras e consultorias contratadas estão avaliando propostas de soluções. O MME informou que abrirá consulta pública para discutir o assunto nas próximas semanas, buscando equacionar a questão já para o próximo Leilão A-6, previsto para setembro. Dessa forma, a Abraceel aguardará a abertura da consulta para debater o tema com os associados e demais associações de geradores em busca de uma solução para a questão.



CURTAS

SEFAZ-CE

Os advogados Ganim/VBSO informaram que o Estado do Ceará apresentou manifestação nos autos do Mandado de Segurança iniciado pela Abraceel contra a aplicação retroativa de ICMS. Os argumentos apresentados são essencialmente relacionadas com questões preliminares para obstar o prosseguimento e julgamento do Mandado. Além de defender que a Secretaria da Fazenda não seria parte legítima, o Estado afirma que não há comprovação de que exista intenção de aplicação retroativa das modificações do ICMS/CE. Os advogados estão aguardando a manifestação da Secretaria da Fazenda e do Ministério Público para definir os próximos passos.

CPAMP acompanha plano de ação 2019-20

A Cpamp divulgou ata de reunião realizada no dia **20.12.2019**, onde foi discutido o andamento do Plano de Ação 2019-20. Sobre a Volatilidade do CMO/PLD, item prioritário na agenda de trabalho, foi apontado que o Cepel precisa entregar uma nova versão do Newave, e que o prazo para isso foi ajustado até o final de janeiro. Dessa forma, a ata informa que a frente de Volatilidade do CMO/PLD “já está com o cronograma reduzido em 45

dias, o que pode comprometer a entrega desta ação”. Além disso, a Aneel apontou que, como 2020 demandará esforços em relação ao Dessem e ao preço horário, talvez haja uma sobrecarga de trabalho. A Cpamp solicitou, ao final, que o Cepel envide seus melhores esforços para que suas entregas sigam o planejamento inicial, evitando atrasos. **A nota técnica está disponível na área restrita do associado, seção documentos gerais.**

Regras 2020

Foi disponibilizada nota técnica de fechamento da AP nº33 e CP nº 34 de 2019, que discutiram as mudanças nas Regras de Comercialização, que resultarão na sua versão 2020. A SRM/Aneel sugere que a diretoria da Agência aprove os seguintes aprimoramentos no MVE, com vigência a partir de 2021:

- permitir múltiplos lances de oferta e compra para cada produto (pleito original da Abraceel);
- alterar a forma de pagamento dos contratos para “preço discriminatório”;
- excluir o critério de desempate por quantidade de lotes em ordem crescente, mantendo apenas a ordem cronológica (pleito original da Abraceel);
- oferecer o produto 2º semestre ao final do ano anterior (pleito original da Abraceel).

Além disso, a Aneel deverá abrir CP espe-



cífica para discutir o aprimoramento da segurança das operações do MVE e a exigência de garantia financeira de participação dos compradores, outra recomendação da Abraceel. No dia **21.01**, o item foi retirado da pauta, que agora está previsto para deliberação no dia **28.01**. **A nota técnica está disponível na área restrita do associado, seção documentos gerais.**

3ª reunião Estratégica ONS-Agentes

O ONS convida os agentes e as entidades do setor elétrico para a 3ª reunião Estratégica ONS-Agentes que ocorrerá, no dia **06.02**, de 14h às 17h, no auditório do Escritório Central do ONS, situado no Rio de Janeiro. O objetivo do evento, segundo o Operador, é discutir a operação do sistema, os cenários e os desafios para o futuro próximo, permitindo o pensar e o direcionamento estratégico da operação do SIN. Será realizado também um painel sobre as expectativas relativas à atuação do ONS no horizonte 2020 – 2021, tendo sido confirmadas as participações como debatedores de representantes da Eletrobras, CTEEP, Neoenergia e Delta Energia. No dia **20.01**, o diretor geral do ONS, Luiz Barata, ligou para a Abraceel reforçando a importância da presença dos comercializadores no evento. Alexandre Lopes estará presente, representando a Abraceel. **Confirmações de presença devem ser feitas até o dia 31.01 pelo email: relacionamento.agentes@ons.org.br.**

Manual de Boas Práticas de Gestão de Risco Abraceel/Dcide

A Abraceel definiu como meta no Planejamento Estratégico ciclo 2019-2022 a busca de soluções para ampliar a segurança nas operações do mercado de energia. Nesse sentido, foi elaborado em conjunto com a Dcide, o Manual de Boas Práticas de Gestão de Riscos, um material que objetiva estimular a consolidação de uma cultura de risco madura no mercado de energia, e que foi enviado às associadas nesta semana, por e-mail, para avaliação. O Grupo Técnico irá realizar um call para discutir e analisar a minuta do Manual, no dia **28.01**, às 16h.

Bio Energias e Rio Alto se desligam da Abraceel

Na última semana, as empresas Bio Energias e Rio Alto pediram desligamento da associação. Dessa forma, a Abraceel possui em seu quadro associativo 92 empresas.

Abraceel se reúne com o jornal Valor Econômico

A Diretoria Executiva se reuniu, no dia 23.01, com a editora de energia do jornal Valor Econômico, Letícia Fukushima, para discutir as perspectivas para o mercado livre de energia em 2020.



Abraceel participa de evento sobre mudanças climáticas

A Diretoria Executiva esteve presente em evento realizado pela Abiape, no dia **21.01**, para discutir mudanças climáticas, aquecimento global antropogênico e emergência climática. **A apresentação realizada esta disponível na área restrita do site da Abraceel, “documentos gerais”.**

Energy Solutions Road Show

Como apoiadora institucional do Energy Solutions, a Abraceel divulga iniciativa do Canal Energia. Com o objetivo de levar o tema gestão energética a alguns dos mercados nos quais a Informa Markets atua, os associados da Abraceel poderão contar com um espaço dentro dos eventos. Os benefícios estão detalhados na apresentação disponibilizada na área restrita, seção “Documentos gerais” e outras informações podem ser tratadas com comercial.canalenergia@informa.com.

6º Fórum GD Sudeste - Fórum Regional de Geração Distribuída com Fontes Renováveis 2020

A 6ª edição do evento acontecerá nos dias 18 e 19 de março, no Rio de Janeiro. Serão reunidos provedores de soluções, EPCs, integradores, distribuidores, fabricantes, profissionais e acadêmicos que têm atuação direta ou indireta na geração distribuída oriunda de fontes renováveis de energia. **Quer saber mais? Acesse: <https://www.forumgdsudeste.com.br/site/>**

Feira Ecoenergy 2020: Credenciamento aberto!

Entre os dias 14 e 16 de abril, no São Paulo Expo, acontece a 9ª Ecoenergy - Feira e Congresso Internacional de Tecnologias Limpas e Renováveis para Geração de Energia. A feira busca reunir profissionais de renome no mercado para debater questões regulatórias que visam o desenvolvimento da energia limpa no país, disponibilização de linhas de financiamento e novas iniciativas para que sejam adequadas às necessidades dos empreendedores, assim como tecnologias disruptivas e alianças estratégicas entre os agentes. Já na área de exposição, empresas do setor estarão apresentando modernidades do mundo atual. **Mais informações e inscrições podem ser feitas pelos sites: www.feiraecoenergy.com.br e www.congressoecoenergy.com.br.**

Pauta Aneel

A Diretoria da Aneel irá discutir, no dia **28.01**, o resultado da AP nº 33/2019 e da CP nº 34/2019 sobre as Regras de Comercialização, versão 2020, às 09h, na sede da Aneel, em Brasília.



AGENDA SEMANAL ABRACEEL

27.01 Segunda-feira

Reginaldo Medeiros se reúne com a associada Echoenergia para discutir as perspectivas para o mercado livre em 2020, às 12h, em Brasília;

Diretoria Executiva se reúne com a Superintendência de Gestão Tarifária (SGT) da Aneel para debater Isonomia entre ACL e ACR no pagamento da TUST.

28.01 Terça-feira

Call do Grupo Técnico para discutir o Manual de Boas Práticas de Gestão de Riscos, elaborado em conjunto com a Dcide, às 16h;

29.01 Quarta-feira

Reunião presencial do Conselho de Administração da Abraceel, na sede da associada Delta, às 14h, em São Paulo.